

**O CAPITALISMO DEPENDENTE: POLÊMICAS E  
CONTRADIÇÕES.**

Ivan Cotrim

[ivancotrim@uol.com.br](mailto:ivancotrim@uol.com.br)

Área: Teoría Política

Sub-área: Dependencia, populismo y nuevas perspectivas de análisis

Trabajo preparado para su presentación em el VII Congreso Latinoamericano de  
Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia  
Política (ALACIP). Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013.

**Resumo:** Buscamos apresentar neste artigo um conjunto de antinomias que envolveram a construção do conceito de *capitalismo dependente* operada por Fernando Henrique Cardoso em finais da década de 1960. Inicialmente abordamos as polémicas geradas entre Cardoso e Rui Mauro Marini, através da qual explicita-se a contradição entre subordinação e complementaridade no tocante ao capital imperialista que se insere no Brasil. Em seguida a filiação de Cardoso ao pensamento weberiano, ao lado do de Marx, definindo um forte ecletismo em suas análises, que resultou, numa franca opção pelo primeiro. Expusemos, também, a distinção entre as posições do que tratamos por velha e nova esquerda, divisão essa que encontra sua mediação na implantação da ditadura militar de 1964. A partir desse momento histórico Cardoso que vinha se colocando à esquerda, assume as teoria weberianas com as quais arma o arsenal teórico de afastamento das concepções de Marx, com a justificativa de afastar as tese do PCB (Partido Comunista Brasileiro), bem como as políticas pró-nacionalistas. Por fim apresentamos as críticas aos conceitos abstratos, weberianos, que se tratou por *quadrúpede teórico* (dependência, populismo, autoritarismo e marginalidade) e que formaram a base sobre a qual Cardoso definiu o *capitalismo dependente* brasileiro. A esse construto contrapôs-se a concepção de *via colonial*, de origem marxiana, necessária à compreensão dos fundamentos do atraso brasileiro.

\*\*\*

A construção teórica do *capitalismo dependente* no Brasil por Fernando Henrique Cardoso resulta de sua reflexão sobre os debates entre as várias perspectivas e vertentes políticas que desde finais da década de 1950 e inícios de 1960 buscavam compreender a realidade brasileira, para traduzi-la teoricamente na busca de uma trajetória mais congruente com sua especificidade histórica.

Essa temática promoveu largos debates, mas, em particular, formou uma polémica entre Cardoso e Rui Mauro Marini, que, a despeito do caráter conflitivo expôs aspectos esclarecedores quanto às possibilidades de desenvolvimento sócio econômico, bem como das condições estruturais para esse fim.

Em seu “Dialética da Dependência” de 1972 (DD) Marini observa que a subordinação dos países coloniais tomou forma estruturando os planos econômicos e políticos internos de maneira a assegurar a reprodução ampliada das condições de

dependência, condições necessárias para a operação e reprodução do capital comercial nas colônias.

As peculiaridades do capitalismo dependente foram sendo expostas, revelando que, inclusive, o processo de industrialização reafirmava esse caráter contraditório das relações externas do Brasil. Na Europa, a tendência à queda da taxa de lucro (gerada pela elevação da composição orgânica do capital, dada a expansão lá do capitalismo) era contrabalançada, e mesmo revertida, pela importação do Brasil, de bens de consumo da força de trabalho, reduzindo, assim, o capital variável e de matérias-primas, reduzindo, assim, o capital constante, ambas condições necessárias para elevação dos lucros na Europa.

Desta forma, era sobre a força de trabalho que recaíam as deficiências das relações internacionais entre América Latina e Europa desde seus primeiros momentos históricos o recurso dos países dependentes, para obter e garantir determinada taxa de lucro que compensasse as perdas no intercâmbio comercial foi o da superexploração da força de trabalho, forma de exploração indicada por Marx e retomada por Marini, cuja essencialidade era a redução do fundo necessário de consumo do trabalho (pagamento da força de trabalho dos países dependentes abaixo do seu real valor) que resultava no aumento do tempo excedente de trabalho, no aumento da massa de mais-valia e, em face da conservação do padrão tecnológico extensivo nos países dependentes, aumento da taxa de lucro na Europa, e posteriormente nos Estados Unidos.

Aqui, ao contrário, a instalação daquele segmento industrial objetivava superar a insuficiência de capital que caracterizava a América Latina e, portanto, o Brasil. Contudo, resultou que as distintas condições de produtividade do trabalho conduziram aqui à compressão salarial, sem que uma correspondente produtividade na produção dos bens de consumo da força de trabalho operasse a redução do seu valor. Assim, recrudescer o aproveitamento do excedente de força de trabalho e a compressão direta dos salários locais, aprofundando-se os meios de exploração, tais como intensificação e ampliação da jornada; tudo isto levou à aceleração e concentração de capital e ao aumento da taxa de acumulação. Frente a isso, o que se repunha constantemente era a própria superexploração do trabalho como condição de reprodução da indústria e da remuneração do capital nacional e internacional aqui investido.

Marini destacava também que dentro desse quadro poderíamos perceber as distintas condições de formação dos mercados nacionais Latino Americanos e os europeus ou norte-americanos. Enquanto nestes últimos a força de trabalho, em sua

grande maioria, participava como consumidora, nos primeiros casos sua participação não somente era restrita em termos numéricos, mas também os incluídos tinham baixíssimo poder de consumo, dada a necessária superexploração de sua força de trabalho. Além disso, grande parte da produção aqui realizada destinava-se ao mercado externo, configurando-se, assim, uma das maiores contradições entre os países dependentes e os imperialistas.

Esse procedimento não eliminou, ao contrário, estimulou as exportações necessárias para sustentar as importações, e quando as exportações são estimuladas nos países dependentes (dados os nexos de compromisso a que têm de atender), recrudesce a reprodução da dependência, ao invés da criação de meios e mecanismos de sua superação. A economia dependente, ao intensificar as relações externas, torna-se mais dependente, pois importa mais mercadorias em geral e tecnologia em particular; por essa razão, o constante incremento interno não favorece, e sim deprime as condições gerais de vida e emprego da força de trabalho. Como base para seus argumentos, Marini destacava que, em países dependentes, a implantação da maquinaria incidia sobre uma força de trabalho que já se remunerava abaixo de seu valor – logo, esse processo não se colocava na direção de melhorar sua condição de vida.

Por outro lado a ditadura militar, no Brasil, aproveita-se dessas condições históricas, e aprofunda-as modificando a estrutura econômica deixada pelo governo de Vargas e recuperado por Goulart, tornando definitiva a superexploração do trabalho, pois incrementou um conjunto de meios para o achatamento salarial, como a desregulamentação da estabilidade do trabalho e sua substituição pelo FGTS, proporcionando a rotatividade necessária que viabilizou manter os salários abaixo de seu real valor.

Por fim, Marini conectou, adequadamente, a necessidade de explicitar os fundamentos contraditórios do capitalismo dependente com o objetivo de perspectivar sua superação através das forças sociais populares e do trabalho, as quais, reconhecendo os limites desta organização capitalista, subsumida ao imperialismo, reconhecendo a desumanização por ele provocada, propondo a busca dos caminhos de sua superação, que ele considerava ser possível somente por via revolucionária.

Estas considerações foram postas a público em seu trabalho (DD), no qual Marini comenta a obra maior de Cardoso em conjunto com Enzo Falletto, “Dependência e Desenvolvimento na América Latina” de 1968 (DDAL).

Com isso, Cardoso abre uma polêmica com Marini, observando os aspectos dos seus comentários dos quais discorda. A estes Marini responde com outro artigo, “Em Torno da Dialética da Dependência” publicado juntamente com uma nova edição de “Dialética da Dependência” em 1973. Essa polêmica foi retomada em 1978 quando Cardoso e José Serra resolvem fazer um *acerto de contas* teórico com as teses de Marini, através de um artigo “As Desventuras da Dialética da Dependência” (DDD). A polêmica se encerra após a resposta de Marini a Cardoso e Serra num artigo: “As Razões do Neodesenvolvimentismo”, também publicada em 1978.

Apresentamos a seguir alguns ângulos temáticos despertados nos dois últimos artigos que completam essa polêmica.

Cardoso e Serra tomam os argumentos de Marini do texto de 1972 como objeto de crítica, e arrolam algumas determinações teóricas ali desenvolvidas como: a determinação da quota (taxa) de mais-valia, não pela produtividade do trabalho, mas pelo grau de exploração da força de trabalho (relação entre tempo necessário e tempo excedente); a redução do valor das mercadorias que compõem a cesta básica dos trabalhadores do centro é o instrumento que os capitalistas detêm para aumentar a taxa de mais-valia; a produção latino-americana cumpre um papel significativo para reduzir o valor da força de trabalho na Europa, favorecendo o aumento da sua mais-valia relativa; ao reduzir o capital variável, a composição orgânica do capital aumenta, diminuindo a taxa de lucro, porém, como a exportação para a Europa se compunha também de bens próprios ao capital constante, isso compensava o aumento da composição orgânica, reduzindo aquela tendência à queda da taxa de lucro.

Com estas determinações Marini fundamenta a necessidade de superexploração da força de trabalho afirmam Cardoso e Serra, ou seja: sem uma compatibilidade na produtividade, na composição orgânica de capital entre países europeus/norte-americano e latino-americanos, os capitalistas da periferia lançam mão de maior exploração da força de trabalho, através do *aumento da intensidade e prolongamento da jornada de trabalho*.

É preciso observar que esta é a *compreensão* que os autores revelam sobre a superexploração do trabalho. Eles argumentam que o aumento da produtividade do trabalho nos países centrais não se reflete na redução da taxa de lucro na periferia, pois com a elevação da produtividade cai o custo por unidade produzida, e, portanto, o preço de venda não se elevaria como afirmara Marini e contestam Cardoso e Serra. Além disso, continuam eles, os ganhos de produtividade são distribuídos segundo a

potencialidade revelada na *luta de classes* em cada país. Isto enriquece os países centrais e empobrece os periféricos, mas apenas *relativamente*, um em relação ao outro, não podendo se extrair dessas condições uma queda na taxa de lucro na periferia e uma inevitável superexploração do trabalho. Também não é possível concluir, dizem os autores, que a taxa de lucro se reduza na periferia em consequência do intercâmbio desigual, pois a massa de valor aqui produzida não se altera.

Os críticos de Marini explicitam, então, seus fundamentos: a deterioração dos termos de intercâmbio, as *condições políticas*, a luta de classes, substituem os nexos entre diferentes composições orgânicas de capital, todos oriundos da base de concepção cepalina. Afirmam eles que desconsiderar esse dinamismo, significa espreitar uma linha analítica estagnacionista. Também com relação à queda da taxa de lucro e a transferência de valor da periferia para o centro, os autores *descolam-se da base produtiva*, argumentando que qualquer um dos casos está condicionado às relações de oferta e demanda no mercado. Afirmam ainda que Marini não tomou em consideração, ao apontar aquelas contradições, o que consideram básico: “o jogo político que faz mover numa ou noutra direção os parâmetros econômicos dentro dos quais se desenvolve a luta de classes”<sup>1</sup>.

Os autores desdobram suas críticas afirmando que não é estranho à realidade brasileira o arrocho salarial; este, contudo, não deriva de qualquer “lógica econômica”, como procurou mostrar Marini, mas sim das *políticas repressivas* estabelecidas após a ditadura militar, ou seja, o achatamento salarial parece ser a prática de uma política, oriunda de *má vontade política*, da *ausência de democracia*, e não das *necessidades próprias do capital atrofico* periférico. De maneira que, para eles, o fundamental é mostrar que outro tipo de política salarial depende das relações políticas internas entre as classes, e não do *tipo de capital* e conseqüentemente do *modelo econômico* implantado pela ditadura. Observemos, por fim, que o objetivo maior de Cardoso e Serra nessa polêmica, explicitado em todo o artigo crítico, é o de descaracterizar o *fundamento econômico* da superexploração do trabalho, desta forma convertem determinações econômicas fundamentais em meros componentes de *jogos políticos*.

---

<sup>1</sup> CARDOSO, F. H.; SERRA, J., “As Desventuras da Dialética da Dependência”, in *Estudos Cebrap*, n. 23, São Paulo, Cebrap, s/d.

Por fim, os autores não pouparam sarcasmo em suas várias referências a Marini, como por exemplo: “Marini, *en bon marxisme*, procurou fazer a revolução copernicana”, ou então, “se Marini tivesse aproveitado bem os textos cepalinos”, ou ainda, “Marini propôs uma bizarra teoria do intercâmbio desigual”, “Marini confunde alhos com bugalhos”, ou então, “assim, ao contrário do Senhor que fez das trevas luz, Marini [...] fez do que era claro escuridão”, etc.. Poderíamos reproduzir uma quantidade imensa de formulações desse gênero, mas esses exemplos são suficientes para indicar os motivos pelos quais, Marini vai à réplica, em seu: “As Razões do Neodesenvolvimentismo”<sup>2</sup>.

Marini assinala a postura teórica de Cardoso e Serra nos seguintes termos: “As Desventuras...” (*DDD*) em seu conjunto constitui um texto desalinhado e truculento, que deforma quase sempre minhas análises para poder criticá-las, manipula os dados que utiliza (ou não utiliza) e que brilha pela falta de rigor, pela torpeza e inclusive pelo descuido no manejo dos fatos e conceitos”.<sup>3</sup>

Referindo-se mais diretamente às suas críticas Marini diz que foi injustamente tratado por *estagnacionista* quando apontava a existência de um processo de crise no início dos anos 1960. Alega que houve falta de honestidade teórica por parte dos autores de *DDD*, pois deixaram de considerar suas críticas ao *projeto nacionalista e pequeno-burguês* daquele período, bem como sua indicação de que estava se realizando aqui um *desenvolvimento monstruoso*, de forma que em momento algum, afirma ele, se justifica a *pecha de estagnacionista*, além do que o estagnacionismo é tese originária da Cepal.

Marini mostrou que o período ao qual se remetem Cardoso e Serra é um período de crise do pensamento de esquerda, crise que perpassou o pensamento cepalino, e que tanto eles quanto André Gunder Frank se opuseram não apenas ao *populismo* de Goulart, que, segundo eles, desembocou no golpe militar, mas também ao capitalismo autônomo proposto pela Cepal, contraste esse do qual emergem as teses de Cardoso do *capitalismo dependente*.

Em seguida, Marini repõe os temas que dominaram essa polêmica – intercâmbio desigual e superexploração da força de trabalho –, para confirmar sua posição inicial, de que a produção brasileira destinou-se a compor tanto o capital variável quanto o constante nos países centrais, exatamente para reduzir seu valor. Esse processo

---

<sup>2</sup> MARINI, Ruy Mauro, “As Razões do Neodesenvolvimentismo (Resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra)”, in *Revista Mexicana de Sociologia*, 1978 – edição especial.

<sup>3</sup> *Id.*, *ib.*, p. 168.

diferenciou as composições de capital no centro e na periferia, provocando a transferência de valor desta última para o primeiro. Contudo, a superexploração do trabalho não deriva desse intercâmbio desigual, como quiseram imputar às suas afirmações, mas da febre do lucro no cotidiano capitalista, ainda que o intercâmbio possa tê-la estimulado. Posta em marcha, a superexploração favorece um desenvolvimento capitalista perverso que não se altera com o avanço tecnológico.

Ainda sobre o intercâmbio desigual, Marini aborda o argumento de Cardoso e Serra de que a transferência de valor para os países centrais não pode ser aquilatada, pois não há mobilidade da força de trabalho, o que prejudicaria o estabelecimento do conceito de “tempo de trabalho socialmente necessário”. Marini argumenta que o tempo de trabalho socialmente necessário não é determinado na circulação e sim no processo produtivo em que ocorre o desenvolvimento das forças produtivas. A circulação, diz ele, compara os tempos de trabalho, os valores das mercadorias, por meio de seus preços. Além disso, se houvesse mobilidade da força de trabalho, seria a sua inserção no processo de produção que definiria o tempo de trabalho, sem que se alterasse o curso da circulação. Marini observa que Cardoso e Serra não dominam teoricamente as relações entre valor e preço, e alude às críticas que sofreu dizendo que o insucesso delas reside na confusão estabelecida entre estas duas categorias, bem como entre taxa de lucro e taxa de mais-valia.

Buscando fundamentar seus argumentos em Marx, Marini aponta como razão da desigualdade do intercâmbio o desenvolvimento desigual e combinado da base produtiva das diferentes realidades (centro e periferia). No caso latino-americano, o predomínio da produção agrária e, nos países centrais, o avanço industrial fornecem os elementos que determinam o diferencial de produtividade.

Além disso, não tendo concorrência (em termos de produtividade), os preços mantêm-se acima do valor. Por isso a relação entre economias avançadas e dependentes se expressa em um intercâmbio desigual; os desníveis tecnológicos, as intensidades distintas ou as diferentes composições de capital constituem a base produtiva responsável pela desigualdade no intercâmbio.

A economia dependente, ao intensificar as relações externas, torna-se mais dependente, pois importa mais mercadorias em geral e tecnologia em particular; por essa razão, o constante incremento interno, o desenvolvimento sob a forma subimperialista, como trata Marini, não favorece, e sim deprime as condições gerais de vida e emprego da força de trabalho. Como esteio de seus argumentos, Marini destaca

que, em países de desenvolvimento recente, a implantação da maquinaria incide sobre uma força de trabalho que já se remunera abaixo de seu valor, logo, esse processo não se coloca na direção de melhorar sua condição de vida. Remetendo a Marx, o autor lembra que “a aplicação da maquinaria depende da diferença entre o preço desta e o preço da força de trabalho que deve suprir”. A ditadura militar no Brasil tornou definitiva a superexploração do trabalho, pois incrementou um conjunto de meios para o achatamento salarial, como a desregulamentação da estabilidade do trabalho e sua substituição pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), proporcionando a rotatividade necessária que viabilizou manter os salários abaixo de seu real valor. Desta forma diz Marini, os operários devem centrar sua luta contra os meios que reproduzem o achatamento salarial e buscar o estabelecimento do real valor de sua força de trabalho, pois com isso tocam diretamente no modelo econômico ditatorial vigente, condição básica para se iniciar uma luta pela emancipação do trabalho. Posição radicalmente divergente da de seus críticos, como foi destacado.

\*\*\*

Cardoso encontra-se, claramente, na contramão das concepções críticas de Marini, suas atividades teórico-ideológicas rivalizavam, também, com as concepções do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Este, ao contrário das posições de Marini, se punha como porta-voz de uma abordagem e perspectiva stalinista, mantendo uma concepção de história etapista, que congelava as possibilidades revolucionárias no Brasil, pois, antes de programar uma atividade pró-socialista, a primeira *etapa política* a ser vencida era a instauração de uma *revolução burguesa*, com vistas à *complementação do capitalismo*, e isso implicava subsumir as forças do trabalho às do capital, colocar os trabalhadores a reboque da burguesia nacional, numa fase histórica em que as revoluções burguesas estavam já plenamente superadas. Além disso, supunha que para superar o atraso, completar e autonomizar o capitalismo brasileiro fosse suficiente o afastamento das forças econômicas imperialistas e as latifundiárias de origem feudal.

Embora com origens políticas distintas, as concepções de Cardoso e do PCB acabam por convergir, em termos das deformidades resultantes, como será definido mais adiante. Cardoso discordava das propostas do PCB e buscou incorporar à sua produção as análises sobre a realidade brasileira, visando definir o *tipo de capitalismo* que aqui se instalara, já no período escravista colonial, indicando que no Brasil havia se

objetivado uma *economia capitalista* de base colonial, o que não deixava margem para a existência de qualquer *resto feudal*, além disso, a presença do capital externo beneficiou-nos desde o período colonial, e, agora, com a ditadura militar, o capital financeiro imperialista reafirma seu papel exercendo a *complementaridade* do capitalismo brasileiro.

De forma que, ao contrário da crítica ao capital imperialista posta por Marini, Cardoso empreenderá uma configuração das relações com o capital externo indicando que a *internalização* do capital imperialista conduzir-nos-ia a uma *integração internacional*, na qual o *melhor* do imperialismo passaria a existir em nosso mercado interno, com isso ele faz desaparecer as contradições realmente existentes entre os dois polos. Desta forma o capital externo imperialista associado ao nacional, completara nossa base econômica, restando, para a autonomia nacional e para sua democratização *um esforço político radical*.

Procuramos indicar, também, que com essa concepção reformista Cardoso não poderá se manter, teoricamente, na esfera marxista, tendo este que apropriar-se das concepções weberianas, pois, estas contemplam a posição de que *o plano político determina o econômico*, condição necessária para garantir sua *autonomia nacional* na sua compreensão.

Cardoso não pode compreender nossa constituição social, uma vez que cindiu em sua análise, dois *momentos distintos*: o político e o econômico. A partir daí, o centro de suas preocupações foi ocupado em demonstrar que, a cada passo, o movimento histórico nacional esteve apoiado nos enfrentamentos entre segmentos sociais que resultavam sempre em *correlações de forças* capazes de dar equilíbrio aos *sistemas de poder*. Cardoso atribuiu às *correlações de forças* o poder de decisão do processo de desenvolvimento da realidade; isto porque a formação política no Brasil esteve sempre sujeita ao *jogo político*, dentro do qual domina a subjetividade dos agentes sociais que o dinamizam, tendo como mote os mais diversos interesses. Estas formulações de Cardoso definem-se por seu caráter abstrato, pois são postas pelo impulso individual, não estão socialmente determinadas o que lhes confere um caráter *plenamente estranhado*.

Desta forma, enquanto a esquerda *pecebista* daquele período, se mantinha inflexível na adesão *economicista* (anti-imperialista, nacionalista), Cardoso inclinava-se irremediavelmente à posição contrária, em defesa do capital externo tendo na *política de estado* a força de atração e controle desse capital, subordinando-se com isso ao

*politicismo*. Mas o que significa politicizar? “Politicizar é tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política e, ao limite mais pobre, apenas do seu lado político-institucional”<sup>4</sup>. Assim, submetido ao politicismo, característica própria do pensamento da burguesia nacional brasileira, Cardoso procede tal qual essa classe: “Expulsa a economia da política, ou, no mínimo, torna o processo econômico meramente paralelo ou derivado do andamento político, sem nunca considerá-los em seus contínuos e indissolúveis entrelaçamentos reais, e jamais admitindo o caráter ontologicamente fundante e matrizador do econômico em relação ao político.”<sup>5</sup>

De forma que, objetivando conduzir sua análise na determinação do econômico pelo político Cardoso incorporara à sua produção intelectual acadêmica, tanto o marxismo apreendido na academia quanto Weber originário da mesma fonte, visando definir o *tipo de capitalismo* que aqui se instalara, já no período escravista colonial. Sua tese de doutoramento *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional (CEBM)* inaugurou, com essa trajetória intelectual, uma linha de análise política do Brasil que irá se reproduzir *dentro da academia*.

É um Marx desse padrão teórico, desontologizado, que irá se refletir nas obras de Cardoso, cuja origem remonta os estudos postos em evidência nos *Seminários de O Capital*, propostos por José Arthur Giannotti, no início da década de 1960. As discussões travadas nesse contexto vão exercer influência decisiva na formação teórico-ideológica de Cardoso. É importante aduzir que a seleção da produção de maturidade de Marx nos Seminários privilegiou exatamente a leitura do mais conhecido trabalho de maturidade de Marx, isolando-o, por meio desse procedimento, da parte inicial da produção teórica do filósofo alemão, parte essa que expressa a essência original e originária de seu pensamento. Ao mesmo tempo, foi sendo construída a justificativa althusseriana de que sua produção juvenil não tinha fundamento científico, pois se tratava de manifestação puramente ideológica, daí poder desvinculá-la daquela do Marx maduro, na qual supostamente se efetivava sua cientificidade. Essa trajetória intelectual, oriunda de concepção fortemente equivocada, permeou parte do pensamento de esquerda que, afastando aquela produção originária do pensador alemão, impedia a

---

<sup>4</sup> CHASIN, J., “Hasta Cuando? A Propósito das Eleições de Novembro”, in *A Miséria Brasileira. 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social*, op. cit., p. 123.

<sup>5</sup> *Id.*, *ib.*, p. 124.

abordagem ontológica necessária para a compreensão do quadro categorial exposto pelo próprio Marx e o reduzia a simples referencial metodológico.

Em sua obra *CEBM*, Cardoso afirma assimilar as concepções do Marx da maturidade para tratar do quadro econômico colonial, enquanto à formação do sistema de poder que domina a colônia, ele se utiliza do conceito de *patrimonialismo*, oriundo da constelação teórica weberiana, negligenciando cabalmente o fato de que tal *conciliação* de concepções excludentes e inequivalentes impediam a obtenção, de uma íntegra reprodução intelectual. Ao importar o conceito de *patrimonialismo* da obra de Weber e colá-lo sobre a história brasileira, inicialmente na fase *colonial*, e *imperial* e posteriormente no período *nacionalista-industrial*, Cardoso desfazia os nexos postos pela própria história, já que a base determinativa, a esfera *econômica*, fora afastada da sociabilidade, que passava a ser analisada apenas do ângulo da *política*.

A despeito desse procedimento teórico Cardoso percebeu um dos problemas centrais dos países Latino Americanos e, portanto, do Brasil: a questão da *complementação* de seu capitalismo. Certamente Cardoso havia se aproximado de um tema verdadeiramente importante para a historiografia social, política e econômica do Brasil: seu atraso frente aos clássicos países capitalistas, por um lado, e os rumos possíveis para uma adequação à modernidade e contemporaneidade histórica. Cardoso identificara essa característica de atraso em todos os países latino-americanos, em suas historicidades, diferenciando-os apenas em seus graus de subdesenvolvimento. De forma que sua produção intelectual colocará no centro de suas preocupações e compromissos, a partir dos anos sessenta, as pesquisas e análises políticas sobre a realidade latino-americana e brasileira em particular.

\*\*\*

Observe-se, entretanto, que tal preocupação intelectual não era nova, e já havia consumido boa parte das pesquisas, dentre elas as do próprio Caio Prado Jr. Posto como horizonte histórico inicial de sua pesquisa o passado colonial brasileiro, Caio Prado afirma teoricamente os decisivos arcos gerais de uma *economia colonial* como pressuposto do capitalismo que se evidenciava nas teses desse autor. Importantes desdobramentos permitiram avançar no plano determinativo dessa realidade e indicar os efeitos de um passado colonial no *verdadeiro capitalismo* aqui instalado. Chasin, aprofundando esta última etapa em sua análise, aborda nossa particular realidade sem

tomá-la à parte do capitalismo universal ou dissolvê-la em suas leis empíricas gerais, ao verificar “que há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a universalidade de sua anatomia, mas que a realizam através de objetivações específicas”<sup>6</sup>. Em seus “modos e estágios” de desenvolvimento capitalista, Chasin deixa destacado o fato de que no Brasil o atraso histórico é uma referência incontornável da determinação de sua processualidade capitalista. Ele realça a dimensão ontológica, mostrando que *atraso* não é nenhuma novidade, mas que é necessário compreendê-lo especificamente, sem negligenciar a sociabilidade estruturante do capital aí presente. Nesse sentido, o parâmetro mais originário na explicitação de *atrasos* no desenvolvimento capitalista particular encontra-se na trajetória analítica de Marx, que reflete o *atraso alemão*, tratado por *miséria alemã*.

Mais tarde, procurando explicar o desenvolvimento do capitalismo da Rússia, Lênin, apoiado nas formulações marxianas, demonstra a expansão das características da *miséria alemã* para aquele país indicando tratar-se de uma *via* capitalista própria para países tardios em sua modernização e capitalização. Algumas dessas características são: *ausência de revolução burguesa e conseqüente conciliação pelo alto das forças dominantes que excluem os setores populares e/ou do trabalho dos benefícios do capital; processo tardio de instalação industrial e conseqüente superexploração da força de trabalho*. Tais características recebem o designativo leniniano de *via prussiana*.

Chasin promoverá sua análise do Brasil situando-o na esfera desses países retardatários na busca das especificações e particularidade que diferenciam-no dos países citados (Alemanha e Rússia, por exemplo), pois o atraso brasileiro não se constitui de mesma natureza do destes. Assim, é dentro dessa esfera que se deve “pensar como se objetivam os predicados de e em cada uma das singularidades”<sup>7</sup> historicamente definidas no Brasil, para afastá-lo de uma generalidade que mais identifica que o diferencia daqueles retardatários. As *singularidades* então se impõem no processo de análise, como condição para a concreção e superação da generalidade inicial. Assim, tomando-se o *setor agrário*, como referência exemplar, observamos ser este, no caso alemão, composto por grandes propriedades rurais de origem feudal. A diferenciação e concreção são sinalizadas ao observar-se que no Brasil este é posto por “outra gênese histórica”, o empreendimento colonial, distinto, na radicalidade do processo histórico

---

<sup>6</sup> CHASIN, J., “A Politicização da Totalidade. Oposição e Discurso Econômico”, in *A Miséria Brasileira. 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social*, op. cit., p. 38.

<sup>7</sup> *Id.*, *ib.*

feudal. Outro ângulo de diferenciação dentro da esfera dos países retardatários pode se verificar no desenvolvimento industrial. Enquanto na Alemanha este se desenvolve de forma tardia, mas aceleradamente nas últimas décadas do século XIX, alcançando o padrão imperialista do capitalismo, no caso brasileiro ele vai ter seu início somente no século XX, após a Primeira Guerra Mundial, guerra imperialista, num momento em que o proletariado já se encontra no poder em países europeus.

Por fim, a implantação socioeconômica brasileira se deu sob condições coloniais, subordinada aos interesses exploratórios do capital comercial na expansão mercantilista, que irá influenciar negativamente sua industrialização hipertardia e incompleta, caráter que definirá suas relações internas.

Nestas condições, o *verdadeiro capitalismo*, o industrial, inicia-se no Brasil quando os países retardatários (Alemanha, Rússia, por exemplo) compõem o quadro dos países imperialistas que já estabeleceram, através de confronto bélico, áreas de influência global, através de redivisão do trabalho internacional, que inclui o Brasil no quadro dos países caudatários. De forma que o Brasil, dentro da esfera capitalista, não contou com a possibilidade de romper com aquela subordinação constitutiva do período colonial, processo que de forma nenhuma esteve presente nos outros países. O atraso brasileiro, portanto, não é formal ou cronológico, mas constitucional, o que o distingue dentro da esfera daqueles retardatários: “De sorte que o ‘verdadeiro capitalismo’ alemão é tardio, se bem que autônomo, ao passo que o brasileiro, além de hipertardio, é caudatário das economias centrais”<sup>8</sup>, e, nesse caso, como observou Chasin, trata-se de outra via de modernização industrial, a *via colonial de objetivação de capitalismo*. Observe-se, por fim, que o caminho *prussiano* para o capitalismo valeu-se da superexploração das massas trabalhadoras e das demais categorias político-econômicas próprias do atraso, mas, após a Segunda Guerra Mundial, com a retomada da instalação democrática, os países estruturados pela *via prussiana* a superam, passando a compor internacionalmente o quadro dos países dominantes. O mesmo não se pode dizer sobre a *via colonial*, no Brasil, em que tal superação não se deu, pois nossa inserção internacional, mesmo após a Segunda Guerra Mundial, permaneceu subordinada às determinações político-econômicas dos países hegemônicos. Permaneceram vigindo, por decorrência, as categorias que sempre estiveram presentes e cuja atualização e contemporaneidade se expressa numa cruel abstração. Podemos dizer que continuamos

---

<sup>8</sup> CHASIN, J., “A Politicização da Totalidade. Oposição e Discurso Econômico”, in *A Miséria Brasileira. 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social*, op. cit., p. 45.

atormentados pelos vivos e pelos mortos (Marx); sofreremos os males de um *desumanismo pretérito insuprimível*, de uma contemporaneidade *universalmente inumana*, e um *futuro que só se define por sua ausência*.

Cardoso aborda, também, a debilidade histórico-genética da burguesia nacional, cuja análise de cunho *politicista* centra-se na *correlações de forças*, e não na estrutura do capital dominante em países de origem colonial, deixando de reconhecer que tal debilidade se deve à “impotência imanente ao *capital atrófico*, incapaz de projetar a si mesmo como representante universal das categorias societárias brasileiras”<sup>9</sup>, e mais adiante reafirma Chasin:

“burguesia brasileira, de extração pela via colonial, tem na forma de sua irrealização econômica [...] a determinante de seu politicismo. E este integra, pelo nível do político, sua incompletude geral de classe. Incompletude histórica de classe que a afasta, ao mesmo tempo, de uma solução orgânica e autônoma para a sua acumulação capitalista, e das equações democrático-institucionais, que lhe são geneticamente estranhas e estruturalmente insuportáveis, na forma de um regime minimamente coerente e estável.”<sup>10</sup>

Dáí Cardoso supor que a consciência que a burguesia nacional, esteja fundada na *estrutura política patrimonialista*, que dificulta sua ação. Sua *incompletude de classe*, definida pelo capital retardatário, é substituída por conceitos abstratos como *patrimonialismo* ou *tradicionalismo* que se tornam responsáveis pelo atraso histórico nacional.

Desdobrando o caráter *politicizado de sua análise* deparamo-nos com os conceitos de *populismo* e de *autoritarismo* que, ao lado da *dependência* e do *marginalismo*, enfeixam a sua tese de que no Brasil objetivou-se um *capitalismo dependente*.

Sua análise permaneceu na *mera formalidade* de identificar a existência ou supressão de democracia deixando de fora o conteúdo histórico da *autocracia*, que transmutada em *ditadura bonapartista*, fechou entidades representativas dos setores trabalhistas, intelectuais e estudantis, reprimindo, torturando e assassinando seus representantes. Enquanto que todas as formas de política direcionadas aos interesses das massas trabalhadoras passaram a ser tratadas por *populistas*. Desta forma, desde o

---

<sup>9</sup> *Id., ib.*, p. 242.

<sup>10</sup> CHASIN, J., “Hasta Cuando? A Propósito das Eleições de Novembro”, *op. cit.*, p. 124.

período varguista de (1930/45 e 1950/54), período de instalação política do *trabalhismo*, e mesmo após a ditadura militar de 1964, os fenômenos socioeconômicos passaram a ser analisados na academia como *populistas*, pois as *políticas de estado* deixaram pouco espaço para o mercado controlar as relações econômicas do trabalhismo sendo gerenciadas e controladas pelo estado. Assim, a *teoria do populismo*, desponta como base de sustentação do quadro intelectual e político da *nova esquerda*, além de servir para afastar os projetos orientados pelo estado em favor das massas trabalhadoras:

“Em verdade a *teoria do populismo* tentava explicar o trânsito do país agrário-exportador à sua fisionomia urbano-industrial, munida de um traçado conceitual bastante próximo ao que era empregado no período anterior, isto é, de um punhado de noções marxistas tomadas em sua expressão abstrata, que a influência weberiana tornou definitivamente genéricas na sua eclética e incriteriosa conversão a tipos ideais”<sup>11</sup>.

Conforme Cardoso a *teoria do populismo* toma a presença dos trabalhadores dentro dos *esquemas aliancistas* da burguesia como *massa de manobra*, pois ele aceita a noção de que esta *massa trabalhadora* não está à altura de imprimir seus próprios interesses no âmbito da política urbana, dado sua origem agrária, ou seja, ele assimila como concreto o conjunto de abstrações que fundaram essa teoria.

Quanto à *velha esquerda* (PCB, Trabalhismo, líderes populista, Sindicatos, etc.) afirma Cardoso que “não apenas as massas despreparadas por sua inexperiência, mas a própria esquerda foi aprisionada pelo artilho do populismo, tornando-se incapaz de converter a política de massa em política de classe”<sup>12</sup>. Esse aprisionamento se dá pelas ações do PCB do pré-1964, que, através da “tática de infiltração nos movimentos de massa” e em acordo com forças partidárias e líderes populistas, construíam formas de condução das massas em favor de seus próprios projetos político partidários. Assim, esse conceito abstrato vai passando à condição de teoria, ao mesmo tempo em que se torna *referência* da explicação do atraso brasileiro.

Com base no mesmo modelo weberiano Cardoso irá analisar a ditadura militar de 1964, como *estado autoritário*, forma de poder despojada das determinantes econômicas que lhe dão fundamento.

---

<sup>11</sup> CHASIN, J., “A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda”, *op. cit.*, p. 249-250.

<sup>12</sup> *Id.*, *ib.*, p. 251.

Ao criticar essa *definição liberal* de poder, Chasin observa que o *totalitário* aparece como a negação total de liberdade política, isto é, um “regime de terror contra o indivíduo, movido pelo estado policial, que concentra em si todos os poderes e através deles exerce todos os controles sociais”<sup>13</sup>. O autoritarismo aparece nesse gradiente como “uma modulação reduzida e suavizada” do primeiro, mas que de qualquer forma guarda distância do “paradigma da democracia”. A teoria do autoritarismo revela sua constituição abstrata com incremento político, mas totalmente inócuo para a análise da realidade concreta, por afastar qualquer conduto entre a política e a economia e, por conseguinte, impedir o acesso ao padrão capitalista que lhe faz correspondência.

Patenteia-se então o fato de que países como o nosso, oriundo de uma história colonial, subordinado ao capital imperialista, exercendo uma superexploração da força de trabalho, estrutura uma inviabilização democrática, que terá de ser dissimulada pela figura abstrata (tio ideal) do *autoritarismo*.

Mantendo-se arrimado num amplo quadro teórico de tipologia liberal/weberiana politicista, como populismo, autoritarismo e marginalidade, Cardoso foi dando sustentação à concepção igualmente abstrata de um tipo de capitalismo, o *dependente*, como dominante aqui no Brasil.

Cardoso apresenta a forma *dependente* do capitalismo brasileiro como inspirada na teorização de Lênin quando trata, em suas análises, das relações entre os países imperialistas dominantes e os periféricos subordinados. Em sua mais aguda análise sobre a dependência, Cardoso propõe aprofundar aquele quadro analítico, já que o revolucionário russo abordou as relações socioeconômicas de seu período a partir do ângulo dos hegemônicos, deixando apenas indicada a existência de países coloniais, semicoloniais e *dependentes*, cujo estudo estava por ser feito. Faltava na opinião de Cardoso uma análise do polo interno dos países *dependentes*. Através do conceito por ele construído de *novo caráter da dependência*, Cardoso irá introduzir a noção de que após a segunda guerra o processo de industrialização da periferia se dá pelo associacionismo, fenômeno de internalização do capital e mercado externos no interior desses países, o que provocara no caso da economia brasileira, uma *situação* denominada *interdependência*.

---

<sup>13</sup> CHASIN, J., “A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda”, *op. cit.*, p. 248.

Neste sentido, Cardoso opera um contorcionismo teórico argumentando em favor da *interdependência* como uma nova tendência dentre do *capitalismo dependente*, suficiente na autonomização destes países frente os imperialistas. Por desconhecimento ou desconsideração, ele oblitera as relações sociais do capital entre clássicos e hipertardios, tirando de foco a subordinação a que o imperialismo submeteu os países subdesenvolvidos. Esse caminho analítico assumido por Cardoso sublinha uma tendência de solidarização entre o capital nacional e o externo afastando assim qualquer noção de exploração capitalista entre países hegemônicos e subalternos, arrefecendo, com isso, as consequências de tal operação. Desta forma, sua *teoria da dependência* suprime o caráter subordinante do capital externo, ignorando suas próprias condições, interesses e determinações.

Subsumindo à *politicização* Cardoso conduz sua produção teórica a reduzir e esvaziar conteúdos inextrincáveis do capital. Assim, na concepção de Cardoso, o imperialismo ao contrário de aprofundar as contradições do e com o capital nacional, associa-se a este solidariamente reduzindo seus efeitos negativos, como a superexploração do trabalho, estratificação do mercado interno, etc..

Com isto, as relações imperialistas puderam ser tratadas, por ele, como relações de complementaridade, e até de solidariedade, entre países com diferenças históricas radicais, como é o caso dos países de origem colonial, como o Brasil, e os europeus, como a Alemanha, por exemplo. “Precisamente o conceito de *dependência* [...] pretende outorgar significado a uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente em um momento dado”<sup>14</sup>, mas implica ao mesmo tempo “o estudo das estruturas de dominação [...] que condicionam os mecanismos e os tipos de controle e decisão do sistema econômico”<sup>15</sup>, daí as manifestações políticas terem tanto peso e relevância no conceito de *capitalismo dependente*. A sua análise centra-se, como vimos, nas relações internas, e, na medida em que se internalizaram no mercado interno mecanismos de produção do capital imperialista, Cardoso afastou os problemas próprios da realização desse capital, supondo poder tratá-lo através de *relações políticas* supostamente hegemônicas, fazendo parecer que a forma *dependente* de capitalismo mantinha-se autônoma pela *via exclusiva da política*.

---

<sup>14</sup> CARDOSO, F. H., *Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio de Interpretação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 6. ed., 1981, pag23.

<sup>15</sup> Id., IB.

Suas análises foram referência teórica central na formação do pensamento político da *nova esquerda*, quando ainda vigia a ditadura militar. A luta pela restauração democrática para a qual Cardoso se inclinou só fez confirmar sua teoria. A *nova esquerda* não lutou por outra finalidade que não fosse a remodelação da política, na suposição de que o plano econômico havia sido resolvido, e, se nos primeiros embates da força de trabalho contra a ditadura militar, já nos finais da década de 1970, a razão central era o arrocho salarial imposto pelo modelo econômico, a chamada *nova esquerda* “forçou a barra” na reorientação das ações grevistas, etc., para subordiná-las às ações político-partidárias institucionais, afastando as discussões sobre o modelo econômico, que aprofundara a superexploração do trabalho como necessidade do próprio modelo econômico.

Dessa forma, as análises de Cardoso afirmaram-se no uso e abuso das concepções abstratas, específicas do tipo ideal weberianas, concepções essas que desconsideram os fundamentos econômicos da política, referencial decisivo para análise da *totalidade social*. Com isto ficou afastada a compreensão do estado *autocrático* como expressão de poder natural às economias tardias dos países subdesenvolvidos. Tal concepção ao conter a componente econômica referencial da totalidade dá conta da repressão sobre a força de trabalho, da necessidade de superexploração desta última para manutenção do *modelo econômico subordinado*. Comprometido com o instrumental weberiano de análise, que acentua de forma abstrata e modelar a política como orientação socioeconômica, Cardoso excluiu as forças sociais do trabalho como condição para da implantação da democracia no país. Faltou-lhe, na medida de sua submersão ao *politicismo*, a compreensão de que à incompletude econômica corresponde outra modalidade de dominação burguesa, *autocrática*, que não se expressa e nem pode se expressar democraticamente.

Cardoso não incorporou as lúcidas análises de Florestan Fernandes, do qual estivera tão próximo, que indicavam a forte correlação das esferas econômicas e políticas, isto é, que a “relação entre transformação capitalista e dominação burguesa nos países periféricos de economia capitalista dependente e subdesenvolvida”<sup>16</sup> reflete uma ordem política em radical distinção à forma democrática dos países clássicos. “Ao revés, o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação

---

<sup>16</sup> FERNANDES, Florestan, *A Revolução Burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 2. ed., 1976, p. 290.

*pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia”<sup>17</sup>. Sem qualquer possibilidade de repetir o percurso liberal-democrático dos países clássicos, põe-se aqui “uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia”<sup>18</sup>. A base da distorção política nos países periféricos, base geradora da autocracia, encontra-se na relação contraditória de sua economia com a dos países imperialistas. Aqui se põe “A extrema concentração social da riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, a consequente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do valor do trabalho assalariado”<sup>19</sup>. De forma que o nexos entre a autocracia e a superexploração das massas trabalhadoras emerge na análise de F. Fernandes na caracterização das relações internas em que a autocracia se põe como identidade político-econômica das burguesias nos países periféricos.

Não ocorreu a Cardoso questionar a possibilidade ou não de instalação democrática no Brasil, pois o curso da política, em suas análises, está despregado de sua base geradora. Com isso, o procedimento *politicista* resulta na propositura da redemocratização, como se aqui a democracia tivesse ocorrido no passado.

Assim, nossa compreensão da política sugere que o *politicismo* atingiu e subordinou *as oposições* e particularmente a *esquerda* do pós-64, pela ausência de análise do modelo econômico, responsável pela opressão e superexploração do trabalho, pelo descaso à força de trabalho, às organizações *operárias* como condição incontornável de se efetivar, não apenas a *distensão política*, cujo conteúdo não passou de institucionalização da *autocracia*, mas a ultrapassagem concreta da própria autocracia.

Esse é o legado de Cardoso às forças das oposições e da *nova esquerda*, uma estratégia de ação fundada no conjunto conceitual weberiano e sintetizada em sua *teoria da dependência*. Com isso, às massas trabalhadoras restou *um lugar ao sol*, que ele tratou por *participação política*, mas cuja efetivação depende da reeducação dessas mesmas massas para que não tenham uma *recaída em favor do populismo*. Nesse sentido, a *redemocratização politicizada* de Cardoso não faz senão dar continuidade ao historicamente determinante: a *autocracia burguesa*.

---

<sup>17</sup> *Id., ib.*, p. 292.

<sup>18</sup> *Id., ib.*

<sup>19</sup> *Id., ib.*, pp. 292-293.

Esse entendimento sobre os caminhos da economia reaparecem após a ditadura militar de 1964, quando Cardoso expressará objetivamente terem sido resolvidos os problemas econômicos no Brasil, na medida em que o projeto político do *governo militar* instalara aqui uma estrutura monopolista compatível com a dos países imperialistas, assegurando autonomia nacional, com uma política de estado que, embora repressiva e *autoritária*, resultou no fenômeno que ele tratou por *modernização conservadora*. “Tudo leva a crer que a passagem para o estabelecimento de um modo capitalista industrial de produção relativamente desenvolvido em países dependentes se assente em regimes políticos *autoritários* (sejam militares ou civis)”<sup>20</sup>. Cardoso dirá que o governo autoritário (ditadura militar) *modernizara* a nação, pois afastara as forças do atraso centradas no *tradicionalismo populista* (Partido Trabalhista, Sindicatos e outras organizações sociais). Para isso, segundo o autor, o governo militar teve que *revogar a democracia*, mas observe-se que, em momento algum, os danos sociais causados por essa revogação foram examinados por ele em suas teorizações.

Observe-se que o tratamento de *populista* dado por Cardoso ao segmento *nacionalista trabalhista* opunha-se aos fundamentos econômicos alcançados pela industrialização no *pré-1964*, voltada para o mercado interno, e inclusão das classes trabalhadoras no mercado consumidor. Tratava-se de políticas econômicas, evidentemente restritas, mas que garantiam a representatividade partidária e sindical e certo patamar salarial dos trabalhadores. Por esta razão, esse segmento se opunha à defesa do capital *imperialista associativo*, feita pelas forças militares ditatoriais e pelos setores comprometidos com o capital externo, particularmente pela forma subordinada como vinha sendo praticada e internalizada no Brasil. O centro das críticas tecidas por esse segmento político dizia respeito à implantação econômica desde o governo JK, e mais duramente ao aprofundamento desse modelo pela ditadura militar, pois este aproximou no limite máximo o capital externo, de *forma subordinada*, e em *detrimento radical* das necessidades das massas trabalhadoras, que se viram política e economicamente expurgadas dentro desse novo regime.

Interessava à ditadura militar aprofundar o grau de exploração da força de trabalho, pois os compromissos com o capital externo, capital financeiro, o imperialismo assim exigia. Com isso, a ação perspectivada pela crítica *nacionalista*

---

<sup>20</sup> CARDOSO, F. H., *Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio de Interpretação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 6. ed., 1981,p.138.

*trabalhista*, que se organizava menos como partido e mais como frente, pois recebia em suas fileiras o apoio de partidos como o PTB e o PCB, das agremiações sindicais, do movimento estudantil etc., acabava por se tornar o inimigo maior da ditadura, uma vez que repunha no centro da sua crítica a exclusão social que as novas *bases econômicas* causavam. Assim, ao defender o que tratou por *modernização conservadora* Cardoso dissimulava a subordinação ao imperialismo que o país realizava, situando o capital externo como *complementação necessária* ao desenvolvimento, desconsiderando o custo humano da associação subordinada avalizada pela ditadura.

A noção de *dependência*, convertida na forma de ser de um *desenvolvimento capitalista possível* na periferia do capital, explicitava sua *abstrata concepção de capital*, o que pode, até certo ponto, explicar o afastamento do ângulo econômico em suas análises, e por isso afirmar incorretamente que o capital externo aqui internalizado só apresentava positivities.

O *capitalismo dependente* estruturado teoricamente por Cardoso constituiu-se através de um conjunto de conceitos, todos de mesma origem e condições teórico-ideológicas, de fundo weberiano, e de talhe liberal. Chasin tratou tal conjunto concepcional por *quadrúpede teórico*, e foi o primeiro a identificá-lo e afastá-lo do ideário marxiano. Observa ele:

“Deixo enfatizado ao máximo que não me refiro aqui a autores (mesmo porque alguns são amigos), mas pretendo sacudir algumas ideias e teorias que enquanto tais, uma vez postas, ficam expostas à crítica pública. Com essa ressalva, que pretende evitar melindre e a réplica escapista *que converte questões teóricas e políticas em problemas pessoais*, permito-me a ironia áspera de afirmar que o resumo da elaboração intelectual referida é o *quadrúpede teórico* formado pelas teorias da *dependência, populismo, autoritarismo e marginalidade*.”<sup>21</sup>

Esses conceitos apresentam uma configuração ideológica comum: primeiro quanto à estrutura *típico-ideal* weberiana que se encontra na base de sua construção e, segundo, por operar uma redução dos fenômenos sociais à política, isto é, pautar-se pelo *politicismo* que veio permeando sua teleologia.

---

<sup>21</sup> CHASIN, José, “A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda”, in *Miséria Brasileira*, São Paulo, ADHOMINEM, 2000, p. 244.

Cardoso não compreendeu que a ditadura militar implantava um projeto econômico muito bem determinado, que *não* era resultado de um *jogo de forças políticas* casuísticas, tal qual aparece em seu construto teórico, ou de uma intervenção cirúrgica pura e simplesmente. A intervenção bonapartista interrompe a dinâmica político-econômica, com interferência generalizada nos órgãos representativos das classes trabalhadoras, nos partidos, enfim, em todo campo de atividade política cuja perspectiva fosse de defesa popular, com operações ditatoriais como cassações de mandatos, a revogação da constituição, prisões, torturas, assassinatos, deportações etc., realizando um congelamento da história nacional. O bonapartismo militar objetivava a recondução do dinamismo político interno, das oposições, em favor dos interesses do financiamento capitalista internacional do novo padrão de acumulação industrial. E isso só poderia ser conseguido através de repressão ampla, geral e irrestrita, pois implicava a implantação de um modelo antipopular, dada a exclusão social que acarretava. Mas para Cardoso a deposição de Jango, por exemplo, é explicada não pelo fato de que este recolocava a economia num rumo mais nacionalista em relação a que havia sido projetada e executada no governo JK, mas pelo fato de que os movimentos sociais se avolumavam devido à sua postura política *populista*.

Evidentemente, a questão não se reduzia aos problemas políticos imediatos, simplesmente, e muito menos a qualquer *abstrato populismo* que vinha servindo como justificativa para toda sua argumentação. Com a expansão capitalista que vinha sendo operada após a Segunda Guerra Mundial, iniciava-se uma nova etapa de ação do capital financeiro imperialista que buscava incluir o mercado dos países periféricos para realizar seus interesses. Muito ao contrário de produzir aqui uma complementação capitalista, como fazia pensar as afirmações de Cardoso, o capital imperialista procurava elevar suas taxas de acumulação dada a concorrência interimperialista da Guerra Fria, o que gerou, internamente no Brasil, um aprofundamento no processo de arrocho salarial.

Vale apontar aqui as observações de Chasin sobre essa mesma questão, o arrocho salarial como expressão genuína de *superexploração da força de trabalho*:

“É da lógica do sistema remunerar especialmente o capital financeiro internacional, seus parceiros nacionais e reservar uma parcela para um segmento privilegiado das camadas médias; bem como obrigatoriamente implica também a depressão salarial da massa trabalhadora. Numa palavra, a organização dada à produção

nacional é que determina a avassalante desigualdade na distribuição de riqueza. Em outros termos, *a forma atual da produção da riqueza é que causa diretamente a superexploração da força de trabalho*, isto é, a miséria das massas trabalhadoras.”<sup>22</sup>

Certamente não houve uma elevação do capitalismo brasileiro a qualquer autonomia dentro do universo do capitalismo universal com a presença da ditadura militar no poder, ao contrário, as operações econômicas internas mantiveram-se subordinadas à dinâmica imperialista, pela mediação do capital financeiro externo e da tecnologia compatível. Vale dizer que as forças bonapartistas *realizaram uma modernização* do capitalismo dentro da única via possível, a *via colonial de objetivação de capitalismo*, com superexploração da força de trabalho e profunda subordinação ao capital imperialista.

Embora com seu capitalismo *dependente* Cardoso tenha manifestado certo padrão de maturidade frente à propositura da *velha esquerda* (PCB) revelou também um forte conservadorismo quando se observa a radical ausência de alternativas ao modelo político-econômico brasileiro, já que a força de trabalho nunca fora considerada como condição emancipatória.

É através de *piruetas teóricas* que Cardoso *expurga* o caráter subordinado do Brasil ao imperialismo, dizendo tratar-se de relações de complementaridade e desconsiderando, com isso, o fato de que a ação imperialista não estabelece qualquer *relação de solidariedade* entre capitais, ao contrário, não se pode esquecer que seu padrão de competitividade, tanto financeira quanto tecnológica, veio se acentuando desde a Segunda Guerra Mundial.

---

<sup>22</sup> CHASIN, J., “As Máquinas Param, Germina a Democracia!”, in *A Miséria Brasileira – 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social*, op. cit., p. 85.

## BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, F. H.; SERRA, J., “As Desventuras da Dialética da Dependência”, *in Estudos Cebrap*, n. 23, São Paulo, Cebrap, s/d.(1978).

CARDOSO, F. H., *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional – O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*, São Paulo, Paz e Terra, 3. ed., 1991.

CARDOSO, F. H., *Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaaios de Interpretação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 6. ed., 1981.

CHASIN, J., “As Máquinas Param, Germina a Democracia!”, *in A Miséria Brasileira – 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social*, *op. cit.*, p. 85.

CHASIN, J., “Ad Hominem – Rota e Prospectiva de um Projeto Marxista”, *in Ensaaios Ad Hominem 1 – Tomo I: Marxismo*, Santo André, Ad Hominem, 1999, p. 17.

CHASIN, J., “Hasta Cuando? A Propósito das Eleições de Novembro”, *in A Miséria Brasileira. 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social*, *op. cit.*, p. 123.

CHASIN, J., “A Politicização da Totalidade. Oposição e Discurso Econômico”, *in A Miséria Brasileira. 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social*, *op. cit.*, p. 38.

CHASIN, J., “A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda”, *op. cit.*, p. 249-250.

CHASIN, J., “Lula versus Luís Inácio da Silva”, *in A Miséria Brasileira. 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social*, *op. cit.*, p. 119.

FERNANDES, Florestan, *A Revolução Burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 2. ed., 1976, p. 290.

GIANNOTTI, José Arthur, *Origens da Dialética do Trabalho*, Porto Alegre, L&PM, 2. ed., 1984.

MARINI, Ruy Mauro, “As Razões do Neodesenvolvimentismo (Resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra)”, in *Revista Mexicana de Sociologia*, n. 40, 1978 – edição especial.

MARINI, Ruy Mauro, “Em Torno da Dialética da Dependência”, in *Dialética da Dependência*, México, Era, Série Popular Era, 1973.

MARINI, Ruy Mauro, “Dialética da Dependência”, in *Sociedade e Desenvolvimento*, v. 1, n. 1, Santiago (Chile), março de 1972.

OLIVEIRA, F. de, “A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista”, in *Seleções Cebrap 1*, São Paulo, Brasiliense, 1975.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José, “Além da Estagnação”, in *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, Rio de Janeiro, Zahar, 8. ed., 1979.